



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FRADES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 4/2024

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE FRADES, REALIZADA NO DIA 27 DE SETEMBRO DE 2024

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro reuniu, em sessão ordinária, previamente convocada, a Assembleia Municipal de Oliveira de Frades, no salão da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Frades, sob a presidência de José Augusto Rosa Bastos, tendo como primeira secretária, Fernanda Maria de Jesus Lopes Baltazar Costa, e, como segunda secretária, Elvira Maria Azevedo Baptista Dias, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

- 1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.** -----
- A. APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR.** -----
- B. CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E INFORMAÇÕES.** -----
- C. PERÍODO DE INTERVENÇÕES.** -----
- 2. APRECIACÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL.** -----
- 3. TMDP - TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM.** -----
- 4. PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS.** -----
- 5. IMI - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS.** -----
- 6. REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ECOPISTA DO VOUGA.** -----
- 7. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.** -----

PRESENCAS

Assinaram a “*Lista de Presenças*”, para além dos mencionados, os seguintes Membros da Assembleia Municipal:-----

Pela Lista “*Todos Por Oliveira de Frades (PPD/PSD.CDS-PP)*”: José Manuel Batista, Fernando Estêvão Almeida Jesus Farreca e António Manuel Lopes Tavares.-----

Pela Lista “*Nós, Cidadãos (NC)*”: Germano Jorge Martins Rodrigues, Mário do Carmo Pereira, Anabela Maria Moreira Dias, Armando José Sacramento Alves, Daniela do Rosário Santos Duarte, Cristina Maria da Silva Correia e Carla Sofia Duarte Viegas.-----

Os Presidentes de Junta de Freguesia de: Arcozelo das Maias – Porfírio Fernandes da Silva; Pinheiro – Filipe Rodrigues Fernandes Antunes; Ribeiradio – Hélder Miguel da Silva Costa; São João da Serra – Luís Manuel Rodrigues Dias; São Vicente de Lafões – Nuno Joaquim de Almeida Pinhão; União das Freguesias de Destriz e Reigoso – Carlos Manuel Ferreira de Lima e União das Freguesias de Oliveira de Frades, Souto de Lafões e Sejães – José Manuel Valente Cerveira.-----

Nos termos dos art.º 78.º e 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o Membro da Assembleia Municipal, Abel Dias, justificou a falta a esta sessão e solicitou a sua substituição, tendo sido convocado e substituído pelo cidadão, imediatamente a seguir na respetiva lista, Jorge Manuel Mamede Soares.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FRADES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Faltaram a toda a sessão: o Membro da Assembleia Municipal, João Vasco Bandeira, e o Presidente de Junta da União das Freguesias de Arca e Varzielas, Simão Silva, não tendo ambos apresentando justificação. -----

Também se registou a presença do Presidente da Câmara Municipal, João Valério, e do Vereador, José Luís Lima. -----

ABERTURA

Verificada a existência de quórum, com a presença de 21 (vinte e um) Membros da Assembleia Municipal, o **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu início à sessão, eram nove horas e trinta minutos. -----

1- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.-----

O **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** propôs uma **ALTERAÇÃO DA ORDEM DO DIA**, nos termos do n.º 2, do artigo 50.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de modo a permitir a apreciação dos seguintes assuntos, a acrescentar à Ordem do Dia: -----

- 4.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO 2024. -----

- 4.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2024-2027. -----

Reconhecida a urgência de deliberação imediata, foi a proposta aprovada, por unanimidade, com 21 (vinte e um) votos a favor. -----

a) APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR. -----

Atendendo a que já tinha sido enviada fotocópia da **Ata n.º 3/2024 de 28 de junho de 2024** a todos os Membros da Assembleia Municipal, foi dispensada a sua leitura.-----

Colocada a discussão e votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com 16 (dezasseis) votos a favor e 5 (cinco) abstenções dos Membros da Assembleia Municipal, Germano Rodrigues, Carla Viegas, Cristina Correia, Jorge Soares e Fernanda Costa, por não terem estado presentes na sessão em causa. -----

b) CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA E INFORMAÇÕES. -----

O **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** referiu alguma correspondência tida por mais relevante e informou que a pasta da correspondência recebida se encontra à disposição dos Membros da Assembleia Municipal que a quiserem consultar. -----

Para constar, transcreve-se a listagem da correspondência recebida entre 28 de junho de 2024 e 26 de setembro de 2024: -----

Remetente	Assunto
ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais	Catálogo da Sílabo
13.ª Comissão - CPLCT– Assembleia da República	Moção
CESOP Local	Transmissão em direto do seminário anual CESOP
Assembleia da República (Gabinete do Presidente)	Moção aprovada em 28 de junho de 2024
Luís Lourenço	Parque Solar Vale Verde e Rua Caminho Portela da Cruz
Associação Cultural e Recreativa Danças e Vozes d’ Aldeia	Festival Internacional de Folclore – Convite
Conselho Municipal de Segurança de Oliveira de Frades	Convocatória – 24.07.2024



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FRADES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia Municipal de Viseu	Moção ULS Viseu Dão Lafões
Câmara Municipal de Oliveira de Frades	Ata da reunião da Câmara Municipal de 27 de junho de 2024 e Minuta da reunião da Câmara Municipal de 11 de julho de 2024
ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais	Livros
ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais	Newsletter
Sandra Martins	Término das obras e programação do cineteatro
Luís Lourenço	Reunião de Câmara e Assembleia Municipal
ATAM – Associação dos Trabalhadores da Administração Local	42.º Colóquio Nacional da ATAM – Braga/2024
Câmara Municipal de Oliveira de Frades	Ata da reunião da Câmara Municipal de 11 de julho de 2024 e Minuta da reunião da Câmara Municipal de 25 de julho de 2024
Luís da Silva Lourenço	Embargar Parque Solar Vale Verde de ser ligado à rede
ATAM – Associação dos Trabalhadores da Administração Local	3.º Encontro Nacional de Dirigentes Autárquicos – 28.09.2024
Academia Capacitar	Orçamento e outros documentos previsionais
CIMVDL – Comunidade Intermunicipal de Viseu Dão Lafões	Newsletter de julho
ATAM – Associação dos Trabalhadores da Administração Local	42.º Colóquio Nacional da ATAM – Braga/2024
ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais	Divulgação de Candidatura
Luís da Silva Lourenço	Reunião, assembleia e parque solar Vale Verde
Luís da Silva Lourenço	Reunião de Câmara
ATAM – Associação dos Trabalhadores da Administração Local	Calendário de formação
Luís Lourenço	Erosão em terreno
ATAM – Associação dos Trabalhadores da Administração Local	Participação gratuita 3.º Encontro Nacional de Dirigentes Autárquicos – 28.09.2024
Luís Lourenço	Site da Câmara
ATAM – Associação dos Trabalhadores da Administração Local	42.º Colóquio Nacional da ATAM – Braga/2024
Luís Lourenço	Site da Câmara
Luís Lourenço	Rua do Outeiro em Reigoso
Luís Lourenço	Rua do Outeiro em Reigoso
Câmara Municipal de Oliveira de Frades	Ata da reunião da Câmara Municipal de 25 de julho de 2024 e Minuta da reunião da Câmara Municipal de 08 de agosto de 2024
ATAM – Associação dos Trabalhadores da Administração Local	Calendário de formação
Conselho Municipal de Educação	Convocatória 09.09.2024



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FRADES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATAM – Associação dos Trabalhadores da Administração Local	Abertas inscrições - 42.º Colóquio Nacional da ATAM – Braga/2024
Câmara Municipal de Oliveira de Frades	Ata da reunião da Câmara Municipal de 08 de agosto de 2024 e Minuta da reunião da Câmara Municipal de 22 de agosto de 2024
ATAM – Associação dos Trabalhadores da Administração Local	Participação gratuita 3.º Encontro Nacional de Dirigentes Autárquicos – 28.09.2024
Europe Direct – Região de Viseu Dão Lafões	Newsletter Europe Direct
Conselho Municipal de Educação	Convocatória 19.09.2024
Câmara Municipal de Oliveira de Frades	Ata da reunião da Câmara Municipal de 22 de agosto de 2024 e Minuta da reunião da Câmara Municipal de 11 de setembro de 2024
Abel Dias	Justificação de falta e pedido de substituição
UCP – CESOP	Convite Católica
Câmara Municipal de Oliveira de Frades	Ata da reunião da Câmara Municipal de 11 de setembro de 2024 e Minuta da reunião da Câmara Municipal de 26 de setembro de 2024
ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais	Portaria nº. 185/2024/1, de 14 de agosto

De seguida, o **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** propôs que os seguintes livros: “*A participação dos jovens nos Municípios e os Conselhos Municipais de Juventude – Perguntas e respostas*” e “*O Estatuto do Direito de Oposição nas Autarquias Locais*”, recebidos da ANAM - Associação Nacional de Assembleias Municipais, fossem entregues no Gabinete Jurídico, o que foi aceite. -----

No que concerne à moção recebida da Assembleia Municipal de Viseu, respeitante à ULS Viseu Dão Lafões foi manifestada solidariedade relativamente às três pretensões em causa, as quais foram votadas em separado e aprovadas, por unanimidade, com 21 (vinte e um) votos a favor. -----

Para constar se transcreve as três pretensões: -----

- “*Manifestar total solidariedade com a reivindicação popular para a reabertura integral do serviço de urgência pediátrico;*-----
- *Solicitar, à Senhora Ministra da Saúde, a substituição do Conselho de Administração demissionário, no mais curto espaço de tempo;*-----
- *Exigir, ao Governo, a reabertura plena do serviço de Urgência pediátrica da ULS Viseu Dão Lafões*”.-----

C. PERÍODO DE INTERVENÇÕES. -----

O **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu por aberto o Período de Intervenções, tendo-se verificado a seguinte inscrição: -----

O **Membro da Assembleia Municipal, Mário Pereira**, usou da palavra para fazer a seguinte intervenção: -----

“*E se, em vez de incêndios, tivéssemos inundações?*-----

Há algo estranho na prevenção dos incêndios, não só em Portugal, mas um pouco por todo o mundo. Temos problemas em países poucos desenvolvidos, como Portugal e o Brasil, cujas falhas de ordenamento e da gestão dos meios de combate são estruturais e endémicas. Mas os maiores incêndios (dos últimos anos) aconteceram no Canadá que, em princípio, não sofre



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FRADES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

destes problemas, e, também, nos EUA, nomeadamente na Califórnia, que é o estado onde se localizam todas as grandes empresas tecnologias e toda a inteligência artificial. Em Portugal, estamos a discutir os incêndios em torno de alguns fatores, que são incontrolláveis ou fazem parte da natureza. Discutimos o abandono dos campos, a limpeza dos terrenos, os incendiários, a eucaliptização da floresta, a escassez de meios de combate, a estrutura da propriedade, o clima, sendo estas as grandes causas dos incêndios. Se olharmos com algum sentido crítico, vemos que todos estes fatores são incontrolláveis a curto ou a médio prazo. -----

O abandono das aldeias e dos campos resulta de uma transformação social e económica irreversível, que extinguiu a agricultura de subsistência. Uma das consequências desse abandono é a aproximação da floresta do que resta das aldeias e até das vilas e cidades. É verdade que as pessoas, a começar pelo estado, não cuidam dos seus terrenos, mas os factos mostram que as pessoas que continuam a viver nas aldeias são na maioria idosos, que já não têm forças para andar com a moto-roçadoura às costas e, se quiserem contratar alguém, não encontram ou não têm dinheiro para lhe pagar. Até desconfio que, muitas das pessoas, que ouço a falar sobre a obrigação de ter os terrenos limpos, são, também, proprietários de pequenas parcelas ou de casas abandonadas, nalguma pequena aldeia de Portugal e que, em muitos casos, nem são capazes de os localizar, quanto mais de os manter limpos. Ardendo a cada dez ou a quinze anos, a degradação da floresta é irreversível e a única hipótese de ter algum rendimento são os eucaliptos. Mas, em muitos terrenos, já nem os eucaliptos dão rendimento. É, por isso que nas áreas ardidadas, na nossa zona, em 2017, muitas pessoas não cortaram as árvores queimadas e, na maioria dos terrenos (90% dos terrenos ardidados), não vemos nenhuma intervenção de gestão (o que se vê são eucaliptos que nasceram espontaneamente, tal como as giestas). -----

Sobre os incendiários, pode o Primeiro-Ministro ameaçar que vai prender todos e aplicar grandes penas de prisão, mas haverá sempre pessoas que, por alguma perturbação, gostam de ver o fogo, e continuarão a ocorrer causas naturais e acidentes que provocarão incêndios.-----

Sobre os meios, é um facto, nunca haverá meios suficientes para acorrer a todas as aldeias, a todas as casas, a todas as fábricas, a todas as coisas; quando os incêndios se descontrolam, não há aqui, nem em parte nenhuma do mundo. -----

A alteração estrutural da propriedade implicaria mudanças tais que vai demorar um tempo até que um governo tenha força para a impor. -----

Sobre o clima e as alterações climáticas as previsões são para o pior, contudo continuamos a confiar que a chuva virá quando é preciso, esquecendo que os grandes incêndios de 2017 aconteceram em outubro e este ano em meados setembro. Esta abordagem dos incêndios e das causas, tem levado à paralisia da comunidade e à ineficácia das medidas, que os sucessivos governos vão decretado. Acresce os erros de análise e os riscos de termos um grande incêndio à porta de nossa casa não é cíclico, nem é imediato, o que nos leva a uma atitude em que coexistem um misto de medo e de esperança que não aconteça. Daqui resulta que a mobilização das pessoas e da comunidade não é constante e isso reflete-se de reais medidas de prevenção ao longo dos anos. Além disso há sempre uma secreta esperança que chova nas alturas certas, mas, às vezes, corre mal. Em 2017 e este ano, se tivesse chovido uma semana antes.... Mas foi azar choveu uma semana depois... que, com um pouco de sorte, não teria acontecido... Agora a pergunta é: E, se em vez de fogo, tivéssemos água e alagasse todos os anos? ”. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FRADES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Após dar o exemplo dos Países Baixos, muito sujeitos a inundações, informou da reação e das medidas adotadas pelos holandeses, que construíram diques de proteção, de modo a evitar inundações. Assim, com a mesma lógica que os holandeses usaram para lidar com este fenómeno propôs: *“a criação de diques contra os fogos, perfeitamente exequíveis com os recursos que nós temos. Os diques seriam, no essencial, faixas de terreno, em que se permite apenas o crescimento de carvalhos, sobreiros, pinheiros e outras espécies resistentes ao fogo. Eu acredito que se de cada lado da A25, entre as Talhadas e Albergaria, houvesse uma faixa de 100m sem árvores, o fogo poderia ter sido contido e não teria sido necessário cortar a autoestrada durante três dias. Esta rede poderia ser complementada por faixas mais estreitas de 100m de largura, mais próximas das aldeias, criando-se locais em que o fogo, se não se extinguísse, abrandaria, facilitando o combate. Esta medida é exequível a curto prazo. Em Lafões poderíamos ter uma rede de diques, contruída por algumas faixas nas serras do Caramulo, Arada, Ladário, completada por faixas mais estreitas de 100m de largura, mais próximas das aldeias, em que não se deixasse crescer pinheiros, nem eucaliptos. As Câmaras Municipais teriam de comprar estes terrenos, mas, tendo em atenção que o valor médio destes terrenos é inferior a cinquenta centimos/m², um milhão de euros daria para comprar dois milhões de m², o que seria suficiente para criar 20km de diques com 100m de lado. Imaginando que em Lafões eram investidos cinco milhões de euros, teríamos uma rede de 100km que poderia ser otimizada tirando partido das faixas já criadas sobre as linhas de alta tensão e das estradas. Acresce que estas faixas permitiriam a regeneração da floresta autóctone, bem como, a recuperação de espécies, tais como, o coelho bravo e as perdizes etc., e, ainda, facilitariam a criação de charcas, para retenção da água das chuvas e abastecimento dos bombeiros, em caso de necessidade. Se Oliveira de Frades, São Pedro do Sul e Vouzela afetassem para a construção desta rede de diques, por ano, meio milhão de euros cada, durante cinco anos, daria sete milhões e meio de euros, o que daria para mais de 100km de faixas e para a sua manutenção. A maior dificuldade é a atitude e não o dinheiro, pois isto é realizável com os orçamentos atuais do nosso município e dos outros. Além que, se isto fosse uma prioridade para as Câmaras, o financiamento viria depressa. -----*

O que fazemos com a água da chuva, também tem importância para a prevenção dos incêndios e para a manutenção das nascentes de água. Ouvimos dizer que a Câmara Municipal pretende realizar melhorias na Zona Industrial, nomeadamente, na questão da drenagem das águas pluviais. O problema que se coloca, hoje, em termos ambientais, não é a drenagem das águas das chuvas, mas a sua retenção; este plano deveria incluir uma rede de drenagem para os dias de muita chuva, mas, também, deveria assentar na criação de bacias de retenção (valas cavadas no chão), que reteriam a água, permitindo a sua infiltração nos solos e a criação de zonas húmidas. Nos terrenos de proteção à Zona Industrial poder-se-ia criar charcas maiores para onde as águas passariam, antes de correr para as linhas de água. Este é um cuidado que poderia ser introduzido em todas as obras municipais e, mesmo, em obras particulares”.-----

De seguida, considerou que a construção de um Centro Empresarial deveria ser mais pensada e refletida, lembrando os existentes, que são réplicas de cineteatros e de auditórios, encontrando-se degradados e abandonados. Ao referido, mencionou que acrescia os custos de manutenção. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FRADES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Por último, aludindo às Festas do Concelho, considerou que a Câmara Municipal não devia ligar as próximas festas à *Campoaves*, pois “*promover, nas festas, uma empresa que cheira mal (quase todos os dias) não faz sentido*”.-----

O **Presidente da Câmara Municipal** começou por abordar o assunto dos incêndios, deixando uma palavra de solidariedade para com os concelhos vizinhos de São Pedro do Sul, Castro Daire e Sever do Vouga, pelo que lhes aconteceu no território e pelas vítimas mortais. Deixou, também, uma palavra de solidariedade, reconhecimento e apreço pelo trabalho executado pelos bombeiros, informando que se não houve incêndios em Oliveira de Frades foi porque se teve sorte com os ventos e porque a corporação de bombeiros de Oliveira de Frades, com a ajuda de Vouzela, Vale de Besteiros e Águeda, entrou em combate junto à zona do Caselho (ainda em concelho vizinho) impedindo a entrada das chamas no nosso território. -----

Referiu que o Membro da Assembleia Municipal, Mário Pereira, apresentou um conjunto de ideias para reflexão, com as quais, na maioria, até concorda, sendo algumas de possível execução e outras mais teóricas. Referiu que, quando se diz que se pode comprar terreno, é preciso que os proprietários o queiram vender, caso contrário ter-se-ia que ir pela expropriação, lembrando o processo envolvido. Considerou que as câmaras municipais podem e devem fazer o seu trabalho, contudo a política florestal de Portugal terá de passar por uma reforma séria e com bases estruturantes. Aludindo às referidas faixas, questionou quem as ia limpar, pois há falta de mão-de-obra. Considerou que muitos proprietários que reclamam, provavelmente, são os que nem sabem onde ficam os seus pinhais. Acrescentou que o grande proprietário é o baldio, lembrando como estes, na sua maioria, são geridos. Referiu, ainda, que não há gente nas aldeias e os incêndios combatem-se com pessoas; antigamente, todos tinham pinhais que cuidavam, porque precisava de limpar o pinhal para os currais dos animais e os restos de madeira para aquecerem a casa. Hoje, há caminhos onde ninguém passa há anos.-----

Em sua opinião, poder-se-ia adotar uma medida fiscal, em que se aplicassem coimas aos proprietários dos pinhais que não efetuassem a limpeza, agravando-lhes, verdadeiramente, o IMI. Esta penalização, séria, obrigaria os proprietários a vender ou a limpar as suas áreas. -----

No que concerne ao reaproveitamento de água, deu nota de dois trabalhos executados na Zona Industrial, em que foram criados dois poços para aproveitamento de água pluviais. Acrescentou que se pretende estender este tipo de construção a outras obras, contudo nem sempre tal é possível.-----

No que se refere às Festas do Concelho, disse que estas não são as festas da *Campoaves*, são, desde há uns anos a esta parte, patrocinadas por esta empresa. Notou que, nalguns dias, se sentem cheiros na vila, lembrando as diligências havidas e o facto de a empresa ter adquirido na Zona Industrial um lote para construir uma nova empresa, estando a efetuar o projeto. Considerou redutor, reduzir uma empresa, que tem décadas, a um mau cheiro. Disse que quando há violações ambientais denuncia. Manifestou preocupação com o mau cheiro, informando que as entidades ambientais fazem fiscalizações regularmente. Mais informou que a empresa vai investir, no local onde se encontra instalada, para continuar a cumprir com os parâmetros. Pessoalmente, disse-lhe parecer que tal se está a refletir no dia a dia, notando-se uma melhoria em comparação com anos anteriores; há épocas que está pior, contudo não pode garantir que todo o mau cheiro é de lá, razão pela qual carece de uma averiguação, do ponto de vista técnico.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FRADES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Disse que se respeitava a empresa *Campoaves*, como criadora de emprego e de riqueza no concelho; se esta quer patrocinar as festas, a autarquia aceita. Acrescentou que, no próximo ano, haverá outros patrocinadores e se houver mais empresas, que se queiram associar, serão recebidas de braços abertos. -----

Relativamente ao Centro Empresarial, mencionou que a intenção é criar um pavilhão que possa ser subdividido em outros e que seja prático com renda acessível; a ideia é fazer um centro empresarial de trabalho e não um centro de congressos; simultaneamente, seria um local onde as empresas poderiam partilhar uma sala de reuniões para realização de formações e partilha de serviços. Referiu que ainda não se sabia se o projeto iria avançar, pois a Zona Industrial necessita de uma intervenção a nível rodoviário, sinalético e de água pluviais. -----

O **Membro da Assembleia Municipal, Anabela Dias**, usou da palavra para alertar, embora não seja uma competência da Câmara Municipal, para a necessidade de serem pintadas, novamente, as guias da EN16, sobretudo no percurso entre Oliveira de Frades e Ribeiradio, pois as linhas já não estão visíveis. Realçou a importância desta intervenção e o facto de ter sido efetuado um corte total de arvoredo, depois da Póvoa, aumenta, consideravelmente, a possibilidade de ocorrer algum acidente grave, pois a ribanceira é demasiado perigosa. -----

Constatou que o acesso à piscina da Zona de Fruição Ribeirinha de Sejães foi complicado durante o verão; houve pessoas a ir uma hora antes para conseguir obter um lugar, bem como situações em que as pessoas estiveram duas horas à espera e já não tiveram lugar; houve outras que se deslocaram de Aveiro e de outros concelhos e que, com muito desagrado, tiveram de ir para outras piscinas. Apesar de ser comunicado no site a lotação, efetivamente, não foi bem-sucedido, tendo, inclusivamente, sido chamada a força de segurança. Considerou que esta não é a imagem que se quer passar do nosso concelho. -----

O **Presidente da Câmara Municipal** manifestou concordância com a situação exposta sobre a EN16, informando que foi enviada vária correspondência eletrónica, a reportar essa situação e o corte mencionado foi reportado pelos serviços de proteção civil, dado o perigo. Como a estrada não é municipal, a autarquia não pode intervir, contudo irá continuar-se a insistir com a entidade *Infraestruturas de Portugal* para que proceda a essa intervenção. A autarquia efetuou a pintura das marcações horizontais na ligação de Santa Cruz a Antelas, onde o eixo central já não existia, bem como, nas passeiras e cruzamentos em Oliveira de Frades e no eixo central entre Vilarinho e a rotunda do cubo (ZIOF).-----

No que concerne às piscinas, disse que o exposto pode visto como um sucesso, pois houve muita procura; a capacidade das piscinas é de trezentos e cinquenta pessoas. Informou do procedimento adotado e de como funcionava a pré-reserva, dando o exemplo de uma pessoa que comprava trinta bilhetes e entrava sozinha; quem chegava lá queria entrar, pois havia espaço, quando já não havia bilhetes. Por este motivo, optou-se por só permitir a entrada a quem lá está e compra o bilhete; a GNR foi chamada para retirar uma pessoa que entrou contra da vontade de quem estava na fila de espera à sua frente e dos funcionários. Acrescentou que, quando o espaço estava lotado, se tentou direcionar as pessoas para outros pontos do concelho, nomeadamente, Carriça e Destriz. Por último, mencionou que não é possível aumentar a lotação e manter a água com qualidade, o espaço limpo e a relva bem cuidada. -----

O **Membro da Assembleia Municipal, Fernando Farreca**, usou da palavra para apresentar um voto de pesar por todos os bombeiros que faleceram neste verão, bem como, por



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FRADES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

todos os civis que faleceram neste verão, vítimas de incêndios, deixando uma saudação de melhoras para as pessoas que se encontram nos hospitais e um voto de louvor para todos os bombeiros do país, em especial de Oliveira de Frades e da Região de Lafões, que foram exímios e fizeram um trabalho excepcional no combate aos incêndios. Tal como o Presidente da Câmara Municipal, João Valério, acompanhou todo o processo que se desenrolou à volta do concelho; Oliveira de Frades e Vouzela, felizmente, não foram 2017, porque os ventos foram favoráveis e o trabalho feito pelos bombeiros foi brilhante, explicando a intervenção ocorrida. Ainda sobre este incêndio, disse que este chegou a Arouca, porque os meios estavam localizados a salvar pessoas e bens. Considerou importante ter conhecimento do terreno e da forma como são dadas as ordens e distribuídos os meios. -----

No que concerne ao mencionado pelo Membro da Assembleia Municipal, Mário Pereira, constatou que se tem uma política um pouco desgarrada; um governo tem umas ideias, depois vem outro e tem outras. Informou que, após os incêndios de 2017, foi criada a AGIF – Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, que recebeu cerca de novecentos milhões de euros para gastar em prevenção neste país. Disse não se saber onde este valor foi gasto e desconhecer onde o responsável, por essa agência, esteve nestes incêndios e nos ocorridos depois de 2017. Em sua opinião, as *zonas tampão*, hoje, já não são solução, as temperaturas mudaram, o índice climático mudou e as políticas têm de ser globais – não são do concelho, mas nacionais e mundiais. Referiu as consequências das alterações climáticas que estão a afetar todo o mundo, nomeadamente, na Gronelândia; na Califórnia e no Canadá onde grandes incêndios devastaram florestas cuidadas e tratadas; nas Filipinas (furacões), na Indonésia, no Japão e na Florida (tempestades). Em sua opinião, os incêndios vão ser cada vez piores, os temporais, também, e há um fenómeno cultural, na nossa sociedade, que se chama água, pois em determinadas zonas, quando se fala em chuva, surgem grandes incêndios (os pastores chegam lume para melhorar os pastos), dando nota do que lhe aconteceu quando combatia um incêndio em ano anterior (em que os populares não o deixaram apagar). -----

Referiu a importância do trabalho de intervenção efetuado, de queima preventiva. Considerou que a sugestão relativa à compra de terrenos, poderá ser uma medida nacional. Propôs que se aposte, fortemente, na biomassa e se pague o devido valor ao produtor/lavrador (estes limpem os seus pinhais e recebam um valor que permita pagar esse serviço).-----

No que se refere aos cheiros, disse ser uma das pessoas que mais sofre, dada a sua residência, mas considerou que se tem de reconhecer a importância da empresa, que foi o motor da indústria em Oliveira de Frades; é uma empresa com mais de cinquenta anos, que emprega centenas de trabalhadores e, se cheira mal, tem de se trabalhar para eliminar esse cheiro. Nos dias de chuva ou pré-chuva cheira mais um bocadinho, podendo ser um fenómeno a ser revisto. Se for um problema de ambiental, as pessoas do ambiente devem certificar-se da situação. -----

Por último, relativamente à forma de patrocínio das festas do Concelho, mencionou que esta deve ser aberta a todas as empresas que as queiram patrocinar, de forma a se conseguir eventos maiores e de qualidade. Referiu que as festas do concelho de Oliveira de Frades, este ano, foram reconhecidas como das melhores que aconteceram no distrito de Viseu. -----

O **Membro da Assembleia Municipal, José Manuel Batista**, usou da palavra para dar os parabéns à Mesa, pela forma como conduz os trabalhos, mas deixou como proposta que primeiro falem todos os Membros da Assembleia Municipal e o Presidente da Câmara



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FRADES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal intervenha só no final, de modo que se privilegie o combate político, tendo o **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** dito que dá preferência ao pretendido pelo Presidente da Câmara Municipal. -----

O **Membro da Assembleia Municipal, Mário Pereira**, referiu que a empresa *Campoaves*, é importante, com muita história, mas passou-se cinquenta anos sobre a sua fundação, tendo as exigências mudado pelo que não se pode julgar a situação por padrões dessa época, pois hoje são inaceitáveis. -----

Manifestou o seu agrado com a ideia de alargar o patrocínio das festas a outras empresas.

No que se refere às piscinas municipais, sugeriu um aumento dos preços como uma das maneiras de controlar a situação. -----

Relativamente ao mencionado sobre os incêndios, disse que se falava que só se pode fazer coisas globais, dependendo tudo de políticas globais, contudo, considerou que se tem de ter um pensamento global, mas uma ação local. Realçou a importância desta questão, sendo o seu desafio o de conseguir agir localmente, em que cada um pode fazer alguma coisa. -----

O **Membro da Assembleia Municipal, Fernando Farreca**, disse perceber a intervenção, e referiu que no centro da vila, no bairro habitacional, junto a uma escola, há um terreno que está com silvas de uma dimensão enorme, tendo as autoridades sido alertadas, contudo, a proprietária diz que tem um fazendeiro, a quem cabe efetuar a limpeza. Alertou para o perigo deste local, em caso de incêndio e considerou que a fiscalização deverá ser mais incisiva localmente. Quando se fala em políticas locais, estas devem ser aliadas à política nacional. -----

Relativamente à sugestão de aumento dos preços dos bilhetes, o **Presidente da Câmara Municipal** referiu que não se pode afastar as pessoas. Informou que se recebe pedidos de associações e de jovens para os baixar. -----

No que concerne aos incêndios, referiu que se fala em milhões, mas teve a oportunidade de ver no local, que quem lá estava a combater era um grupo de poucos homens, com poucos meios e esses é que foram combater as chamas e que impediram que o incêndio entrasse em Oliveira de Frades, pelo que continuará a fazer o que sempre fez, que é apoiar os bombeiros. -----

De registar que: -----

- Voto de pesar pelos bombeiros falecidos e civis vítimas dos incêndios ocorridos durante este ano, foi aprovado, por unanimidade, com 21 (vinte e um) votos a favor. -----

- Voto de louvor aos bombeiros de Lafões, em especial, aos de Oliveira de Frades, pelo trabalho exemplar desenvolvido no combate aos incêndios ocorridos em setembro, foi aprovado, por unanimidade, com 21 (vinte e um) votos a favor. -----

2. APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório da Atividade Municipal, o qual tinha sido entregue, atempadamente.-----

O **Presidente da Câmara Municipal**, começou por dar nota da programação cultural havida, no período que medeia a sessão anterior e a atual, bem como, das atividades desportivas ocorridas, designadamente:-----

- Festas do Concelho e Festival do Frango do Campo; -----

- Noites no Parque; -----

- Teatro em Pinheiro (em parceria com a Freguesia de Pinheiro);-----

- Festival Gastronómico (que se irá realizar nos dias 5, 6 e 7 de outubro de 2024); -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FRADES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Férias Desportivas;-----
- Trail Rios e Levadas (Santa Cruz), com o apoio do Município; -----
- Reabertura da Universidade Sénior (em preparação); -----
- Reabertura das piscinas municipais cobertas (prevista abertura para o dia 30 de setembro). ----

De seguida, informou que do ponto de vista do associativismo se manteve estreita relação com todas as associações, com o reforço nos subsídios atribuídos, participando na aquisição de viaturas e na doação de viaturas. -----

Deu nota ainda, das principais obras em execução, destacando as seguintes: -----

- Requalificação do Edifício dos Paços do Concelho (a inauguração será no dia 7 de outubro);
- Requalificação do eixo principal da Vila – Alargamento da entrada poente da Vila (Rua da Boavista – Rua Prof. José Tojal);-----
- Remodelação do Centro de Saúde; -----
- Reabilitação do Cineteatro Dr. Morgado; -----
- Zona de Fruição Ribeirinha da Carriça (finalizada); -----
- Requalificação do lugar de Belmonte, em Ribeiradio (iniciada); -----
- Creche de Arcozelo das Maias; -----
- Requalificação do edifício da antiga Escola Conde Ferreira (sede da Banda de Música de Oliveira de Frades) – em execução; -----
- Requalificação da Escola Primária de Destriz, sede da Associação Poldras (início); -----
- Centro Interpretativo da Linha do Vale do Vouga (antiga estação) – falta lançar concurso para o espaço exterior; -----
- Praia Fluvial de Destriz (bar de apoio e esplanada) – concluída; -----
- Centro Interpretativo da Anta de Arca (foi efetuada uma candidatura para lá instalar um espaço do cidadão e, também, de um *front office* dos serviços camarários);-----
- Pavimentação da Rua das Cerejinhas (concluída); -----
- Pavimentação de arruamentos no Carregal e Pinheiro (a iniciar, brevemente); -----
- Reposição de calçada em Covelo de Arca (em execução); -----
- Parque intergeracional de Varzielas (colocação de calçada);-----
- Programa 1.º Direito (ponto de situação). -----

Aludindo a projetos futuros, realçou o facto de se ter conseguido um apoio no âmbito dos ITI (Investimentos Territoriais Integrados), para construção de uma nova ETAR. Acrescentou que se estava na fase de projeto e de se perceber qual a melhor solução; na opinião dos técnicos, poderá passar por desativar a ETAR do centro da vila e de remodelar/executar uma nova zona de Sequeirô. -----

3. TMDP - TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM. -----

O Órgão Executivo, na sua reunião ordinária, realizada no dia 11.09.2024, deliberou, por unanimidade, não fixar a taxa municipal de direitos de passagem para o ano de 2025. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 (vinte) votos a favor e 1 (uma) abstenção do Membro da Assembleia Municipal, Mário Pereira, não fixar a taxa municipal de direitos de passagem para o ano de 2025. -----

4. PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS. -----

O Órgão Executivo, na sua reunião ordinária, realizada no dia 11.09.2024, deliberou, por unanimidade, participar em 5% no IRS dos sujeitos passivos, nos termos definidos na Lei. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FRADES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 20 (vinte) votos a favor e 1 (uma) abstenção, do Membro da Assembleia Municipal, Carla Viegas, participar em 5% no IRS dos sujeitos passivos, nos termos do n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.-----

5. IMI - IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS. -----

Com base na deliberação do Órgão Executivo de 11.09.2024, relativa ao IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, bem como, da informação n.º 10/2024 do Chefe de Divisão de Administração e Finanças, Ismail Carvalho, com o assunto: “*Aditamento à Informação n.º 9 – Fixação taxa de Imposto Municipal Sobre Imóveis*”, foram apresentadas as seguintes propostas:

- Fixar a taxa de 0,3% do imposto municipal para prédios urbanos, de acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º da Lei n.º 287/2003, 12 de novembro, e posteriores alterações. Deliberou, ainda, nos termos do art.º 112.º A do Código do IMI, uma redução da taxa que vigora no ano a que respeita o imposto, em função do número de dependentes que compõem o agregado familiar do proprietário, nos casos dos prédios ou parte de prédios urbanos destinados a habitação própria e permanente; -----

- Propor e aprovar a prorrogação por mais dois anos o período de isenção aplicável a prédios urbanos cujo valor patrimonial tributário não exceda os 125.000€, nos termos definidos na lei. -

O **Membro da Assembleia Municipal, Mário Pereira**, sugeriu a criação de uma taxa mínima sobre todos os prédios (no valor de cinco euros/ano), o que iria ativar o mercado, bem como, obrigar à consolidação das propriedades. Esta seria uma medida de intervenção sobre a propriedade que, sem ser impositiva, mobilizaria as pessoas para a venda de prédios. Considerou que todos os terrenos que estão em perímetro urbanos deveriam ser taxados como urbanos, uma vez que a maior parte das pessoas não fez nada para que esses prédios sejam urbanos, apenas se limitou a beneficiar de uma atividade municipal. Assim, estes terrenos deveriam ser valorizados pelo valor que têm como prédios urbanos, (por exemplo, se as pessoas os querem vender por cinquenta mil euros, estes deveriam ser taxados por esse valor e não taxados por cinquenta centimos ou cinco euros). Lembrou que as pessoas que não vendem os terrenos, também, não cuidam deles, nem os limpam. Referiu que a sua medida proposta seria um incentivo importante para a criação de um mercado para a habitação e permitiria aos jovens adquirir terrenos; apesar de prejudicar algumas pessoas, iria beneficiar muito a nossa comunidade. Considerou que a política fiscal deveria ser usada para incentivar comportamentos e o mercado e não, apenas, para criar sobrecarga às pessoas. Por último, disse que o mencionado não é competência da Câmara Municipal, contudo esta pode transmitir este assunto à CIM, e esta levá-lo às instâncias superiores, tal como os partidos e os deputados o podem fazer. -----

No que concerne à proposta de deliberação, o **Presidente da Câmara Municipal** informou que, na reunião do Órgão Executivo, por lapso, não tinha seguido o aditamento apresentado. Informou que a lei prevê que as Câmaras Municipais possam conceder, cumprindo os devidos requisitos, o alargamento do período de isenção em mais dois anos. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 21 (vinte e um) votos a favor, fixar a taxa de 0,3% do imposto municipal para prédios urbanos, de acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 287/2003, 12 de novembro, e posteriores alterações.----

Deliberou, ainda, nos termos do art.º 112.º-A do Código do IMI, uma redução da taxa que vigora no ano a que respeita o imposto, em função do número de dependentes que compõem o agregado familiar do proprietário, nos casos dos prédios ou parte de prédios urbanos destinados



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FRADES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a habitação própria e permanente, de acordo com a seguinte a tabela na redação dada pela Lei n.º 56/2023, de 06 de outubro: -----

N.º de dependentes a cargo	Dedução fixa (€)
1	30€
2	70€
3 ou mais	140€

Propôs e aprovou a prorrogação por mais dois anos o período de isenção aplicável a prédios urbanos cujo valor patrimonial tributário não exceda os 125.000€, nos termos definidos na lei. -

6. REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA ECOPISTA DO VOUGA.-----

O projeto do Regulamento de Utilização e Funcionamento da Ecopista do Vouga, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 91, foi aprovado na reunião de Câmara Municipal de 23.11.2023. O período de consulta pública decorreu durante trinta dias, a contar da publicação em Diário da República. Durante este período, não foram apresentadas reclamações, observações ou sugestões sobre o projeto. Foi submetido, novamente, à Câmara Municipal a 11.09.2024, que deliberou, por unanimidade, aprovar o Regulamento de Utilização e Funcionamento da Ecopista do Vouga e submetê-lo à aprovação da Assembleia Municipal. ----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 21 (vinte e um) votos a favor, aprovar o Regulamento de Utilização e Funcionamento da Ecopista do Vouga.-----

7. 4.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO 2024-----

A 4.ª Revisão ao Orçamento 2024 foi aprovada, na reunião da Câmara Municipal, realizada no dia 26.09.2024, bem como, a 4.ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2024-2027. -----

À semelhança das sessões anteriores, este ponto foi debatido em conjunto com o seguinte, sendo a votação efetuada em separado. -----

A pedido do Presidente da Câmara Municipal, o Chefe de Divisão de Administração e Finanças, Ismail Carvalho, fez uma breve explicação sobre a modificação. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 21 (vinte e um) votos a favor, aprovar a 4.ª Revisão ao Orçamento 2024.-----

8. 4.ª REVISÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2024-2027-----

O Executivo Municipal aprovou a 4.ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2024-2027, na sua reunião ordinária, realizada no dia 26.09.2024. -----

Este ponto e o anterior - 4.ª Revisão ao Orçamento 2024 – foram debatidos em conjunto, tendo a deliberação sido efetuada em separado.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, com 21 (vinte e um) votos a favor, aprovar a 4.ª Revisão às Grandes Opções do Plano 2024-2027. -----

9. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.-----

Não houve inscrições para intervir neste período. -----

MINUTA

Todos os pontos foram aprovados em minuta, para produção de efeitos imediatos, tendo a Minuta sido lida e aprovada, por unanimidade, com 21 (vinte e um) votos a favor.-----

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, foi esta sessão encerrada, pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, eram doze horas. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DE FRADES

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Para constar, lavrou-se a presente ata, que irá ser lida, discutida, votada e assinada pelos
Membros da Mesa da Assembleia Municipal. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, _____
(José Augusto Rosa Bastos)

A Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, _____
(Fernanda Maria de Jesus Lopes Baltazar Costa)

A Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, _____
(Elvira Maria Azevedo Baptista Dias)